

## Local Os danos colaterais já se sentem no pequeno negócio



# O que será do turismo nas cidades quando a pandemia acabar?

Ano de 2020 serviu de ensaio para o futuro. Hiato, por força da pandemia, pode servir para corrigir erros do passado e para uma redefinição de metas

João Pedro Pincha e André Borges Vieira

No fim de 2019, ao passar em revista a segunda década deste século, o PÚBLICO descreveu os anos dourados do turismo em que tudo era crescimento: o número de hóspedes, os hotéis e o alojamento local, o dinheiro que animava a economia. Era ainda um sector pujante, embora Lisboa e Porto dessem já sinais de alguma estagnação. Começava a descida da montanha, que podia até ser a chegada a um planalto. Não se sabe. A queda, em 2020, foi a pique. "O que será da cidade quando a vaga de turismo acabar?", perguntava-se no Porto. A resposta chegou mais cedo do que se esperava.

Mas isto não é ainda o fim da história, sublinha Vera Gouveia Barros, autora do ensaio *Turismo em Portugal*, e que faz investigação em economia do turismo. "A pandemia foi um fenómeno que atingiu duramente o

turismo, mas que não tem que ver com o turismo", explica. A mudança foi conjuntural e não estrutural. E exemplifica: "Não conheço um estudo segmentado que tenha sido feito nesta fase, mas quando foi em 2008, na altura da crise financeira, houve um estudo para diferentes segmentos do mercado e aquilo que se verificava é que o turismo jovem é muito mais resistente em termos de procura. Responde muito menos a variações de rendimento e variações de preço. E eu presumo que, até pelas características da doença, será um segmento mais resistente."

Semelhante convicção tem Eduardo Brito-Henriques, geógrafo do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa que tem estudado o turismo urbano. "Claro que o turismo vai voltar a existir, é inevitável, mas deve ser balanceado com outro tipo de actividades, não devemos ter uma economia excessivamente depen-

dente deste tipo de actividade."

Este momento de pausa tem de servir para reflectir sobre o futuro, opinam os investigadores.

Na Câmara de Lisboa, o pelouro do Turismo está nas mãos do presidente, Fernando Medina, que não esteve disponível para falar com o PÚBLICO. A autarquia não revelou até agora um plano, uma reflexão ou uma estratégia para o sector, focando-se antes em dar apoios directos às empresas. O rumo foi traçado por João Paulo Saraiya, vice-presidente, na apresentação do orçamento para 2021: "Voltar a uma cidade vibrante e excelentemente cotada no panorama internacional, como era antes da pandemia." E, para isso, manter à tona os "sectores essenciais à economia da cidade", como a restauração. "Precisámos deles para crescer, temos de fazer tudo para não os deixar morrer nem os deixar à sua sorte. Tanto nos deram no desenvolvimento da cidade nos últimos anos. Se não for a nossa ajuda



Em Lisboa, os restaurantes foram os que mais receberam apoios financeiros da câmara: 6,5 milhões de euros

e a nossa solidariedade, terão dificuldade em sobreviver.”

Desde que se conheceu o primeiro caso de covid-19 no país, o volume de negócios em Lisboa teve quebras entre 50% e 100%. A câmara fechou o primeiro semestre de 2020 com um prejuízo de 104 milhões de euros, muito por causa de descidas acentuadas nos impostos sobre o imobiliário, que durante alguns anos foram a principal fonte de receitas municipais. O desemprego aumentou mais de 50% no sector do alojamento, restauração e similares. Os restaurantes foram os que mais receberam apoios financeiros da câmara: 6,5 milhões.

Para Eduardo Brito-Henriques, “não é surpreendente” que a estratégia do poder público seja salvar o sector enquanto espera por melhores dias. “É sempre mais fácil seguirmos pelo caminho que já conhecemos do que inventarmos um caminho novo”, explica. Vera Gouveia Barros, pelo contrário, mostra-se algo surpreendida: “Não senti muito que houvesse preocupação com o dia seguinte. Vi muita preocupação com a manutenção das empresas à tona de água, mas não vi aquilo que me parece que seria natural, que era usar este período para dar formação, por exemplo. Este seria o período ideal para estar a apostar nisso.”

“O turismo é um sector altamente dependente do trabalho intensivo, portanto, quando ele vai mal, tem associado muito desemprego. O que espero é que tenhamos a capacidade de não perder qualificações. Ou seja, o patamar que já tínhamos atingido de qualidade da oferta que esteja cá para quando houver a retoma”, continua a economista, pondo ainda ênfase nos baixos salários praticados no sector do alojamento e da restauração, sobretudo nos níveis de qualificação mais altos. “Nos trabalhadores altamente especializados há uma discrepância enorme: o salário médio é mais de metade mas não chega aos 75% da média. Isto merecia alguma reflexão sobre o mercado de trabalho neste sector.”

#### Que caminho seguir?

Este seria o tempo, diz ainda Brito-Henriques, para um debate alargado. “Talvez fosse conveniente os políticos perguntarem às pessoas se querem esse caminho ou se querem outro”, opina. “Tem faltado debate público. Quando algumas dúvidas acerca de opções tomadas são consideradas pouco patrióticas pelos actores políticos, isso é um sinal de falta de debate público sobre as opções que se querem para a economia da região e do país.”

O investigador, que na revista científica *Finisterra* assinou um artigo em que defende que “é insustentável prosseguir um modelo que priorize o crescimento (turístico)”, não se admira que o debate ainda não tenha começado. “Os Estados mais dependentes do turismo são aqueles que

com maior dificuldade poderiam pensar seriamente numa mudança de paradigma, porque as dependências são muito grandes”, sustenta.

No fim do ano passado, o presidente da associação Alojamento Local em Portugal (ALEP) deu uma sugestão para o futuro: “Mudar a lógica das zonas de contenção para zonas de sustentabilidade.” Nos últimos anos, com o crescimento do alojamento local por todo o país, várias câmaras criaram regulamentos específicos, e em Lisboa e no Porto definiram-se zonas em que a actividade não se pode expandir.

Eduardo Miranda, da ALEP, defende que se revertam essas proibições. “A regulamentação tem de ser reorientada. Não preciso de zonas de contenção neste momento, porque pura e simplesmente está a diminuir o número de alojamentos locais e ninguém está com perspectiva de fazer grandes investimentos. Quem quiser continuar neste negócio vai ter de ter um relacionamento com a comunidade e com a cidade diferente, vai ter de sair um pouco mais da sua operação e interessar-se mais por mais do que só a sua vida”, defende.

Outra ideia é a descentralização. “Espero que desta pandemia, das coisas boas que consigamos tirar dela, uma seja a desconcentração do turismo pelo país. A palavra-chave no turismo é desconcentração”, diz Vera Gouveia Barros. “Nos últimos dados já vemos algumas regiões, nomeadamente o centro e os Açores, a crescer acima da média, e Lisboa a crescer abaixo da média. Já estava então a perder quota no turismo nacional. Mesmo dentro da cidade é preciso desconcentrar, há novos pólos que podem ser explorados.”

No Porto, o executivo de Rui Moreira já reflecte sobre a estratégia a seguir numa fase de retoma. Ao PÚBLICO, o presidente da câmara portuense dá conta de um cenário futuro próximo do referido por Eduardo Miranda. O Verão passado serviu de ensaio para se perceber que houve já uma deslocação de turistas para outras áreas. O autarca dá como exemplo cidades como Arcos de Valdevez e Ponte da Barca, no Alto Minho, como destinos que

ultrapassaram números registados noutros anos. “O turismo fora das cidades vai seguramente crescer”, acredita. Por isso, defende a criação de “um vaivém maior entre a cidade e a periferia”, de forma a rentabilizar aquilo a que chama “produtos” pertencentes a um “destino” principal

“um produto-antena em que alguém possa ir a Arcos de Valdevez almoçar e regressar ao Porto à noite para aproveitar a *movida* e dormir”. Passa-se assim de uma “visão Portocêntrica” para um âmbito “mais alargado”.

#### Aposta na “geração Greta”

Outra saída estará alavancada na “geração Greta”, que, “daqui a dois anos”, estará a viajar pelo mundo à procura de uma resposta e oferta diferentes. Quer o Porto abrir a porta a um “turismo de sustentabilidade”. Para isso, contribuirão alguns planos já em marcha na cidade, como a adaptação dos veículos da STCP a energia 100% renovável, o plano de requalificação dos parques e jardins ou a criação de ciclovias, e a que está projectada para o ramal da Alfândega. Outra medida que será implementada passará pela criação de uma “certificação de sus-

# 6000

**Câmara do Porto estima já existir uma diminuição da oferta do alojamento local de “cerca de oito mil para cinco ou seis mil” unidades de AL na cidade**

tentabilidade” para o alojamento local (AL). “Acreditamos que vai haver muita procura pelo AL, se calhar maior relativamente aos hotéis”, afirma, sublinhando que se estima já existir uma diminuição da oferta do alojamento local de “cerca de oito mil para cinco ou seis mil”, o que considera suficiente, tendo em conta a possível procura.

A aposta na cultura será outro aspecto “diferenciador” para incentivar a procura. “Temos vindo a desenvolver parcerias com estruturas intermediárias da cidade”, diz, consi-

derando ser, ao mesmo tempo, uma das formas de aguentar estruturas de menor dimensão.

O autarca adianta que esta é também uma forma de corrigir erros do passado: “Por causa desta nova população que queremos atrair já não vamos conseguir atrair os turistas que vinham em grupos organizados à cidade. E se calhar não tem grande mal.” A ideia é criar novos “focos de interesse”, captando novos públicos. “Já não se virá cá [apenas] para ver o barco rabelo ou para tirar uma foto frente à Ponte Luís I.” “Vamos ter de pescar à linha. A ideia do turista pescado à rede vai acabar”, atira. Parte dos erros cometidos, admite, prende-se com alguns casos que levaram à saída de muitas pessoas que habitavam no centro histórico.

A curto prazo, admitindo uma redução do AL, acredita que o problema não estará na capacidade de alojamento. Assim como não acredita que estará no número de restaurantes, cafés, oferta cultural e outros serviços porque chegará para a procura: “Se neste Verão conseguirmos ter 60% [dos turistas] de 2019, ficaria todo contente.” O problema será outro. “Como é que com este cenário se consegue gerar os níveis de emprego que existiam?”, questiona, reconhecendo que já muitos negócios encerraram ou estão em vias de encerrar. A resposta, diz, está na “diferenciação” da oferta.

#### Renascer das cinzas

A investigadora Célia Ferreira, distinguida, em 2019, com o Prémio Nacional de Geografia Orlando Ribeiro, atribuído pela Associação Portuguesa de Geógrafos, pela sua tese de doutoramento *Metamorfoses da Baixa do Porto. Dinâmicas Económico-Sociais e Estratégias Públicas e Privadas em Contexto Urbano na Última Década*, acredita que os negócios que terão mais possibilidades de sobreviver são os que nunca cedaram à tentação de virar costas ao público da cidade, com aumentos de preços proibitivos, e mais orientados para os locais, ainda que de portas abertas aos turistas.

Relativamente ao futuro próximo, opta por pôr o pessimismo de parte, por força de esta ser uma pandemia mundial. “As condições sanitárias são um dos problemas que afugenta turistas. Mas esta é uma situação que não é exclusiva do Porto ou de Portugal, é à escala global”, explica.

A pandemia deixará marcas, “sobretudo em quem está à frente do pequeno negócio”. Mas acredita que poderá acontecer o mesmo fenómeno que ocorreu na crise económica anterior: “As pessoas procuram ter uma atitude empreendedora e muitas vezes são obrigadas a criar uma alternativa ao desemprego. [Nessa altura] houve uma relação directa entre a crise e a criação de novos negócios.”



**Mesmo dentro da cidade é preciso desconcentrar, há novos pólos que podem ser explorados**

**Vera Gouveia Barros**  
Autora do ensaio *Turismo em Portugal*